

# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



CONCURSO PÚBLICO



CARGO:

**AUDITOR**

Aplicação: 14/10/2012

## Caderno de Provas Objetiva $P_2$ e Discursiva $P_4$

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

**1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e no seu caderno de textos definitivos da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva, e a prova discursiva, acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.

**2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

*Do caos fez-se o cosmo.*

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

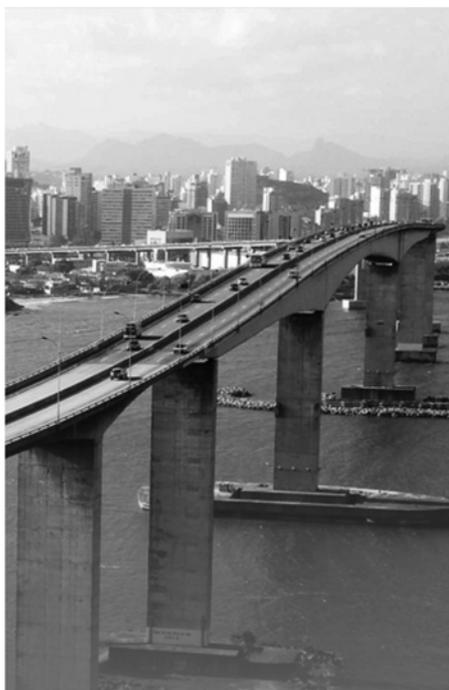
**3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.

**4** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.

**5** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.

**6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos da prova discursiva e deixe o local de provas.

**7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.



### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br



De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## PROVA OBJETIVA P<sub>2</sub> – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

De acordo com a legislação societária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue os itens a seguir.

- 91 O fato de o investidor ser organização de capital de risco (como fundos de *private equity* e de *venture capital*), fundo mútuo, truste ou entidade similar não constitui argumento suficiente para excluir da consolidação uma controlada.
- 92 Um ativo satisfaz o critério de identificação, no que diz respeito à definição de ativo intangível, quando puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independentemente da intenção de uso pela entidade.
- 93 A entidade investidora deve, ao avaliar se os potenciais direitos de voto contribuem para a influência significativa ou para o controle da entidade, reexaminar todos os fatos e circunstâncias que possam afetar os direitos potenciais, incluindo-se o que advenha da intenção da administração e da capacidade financeira em exercer ou converter esses direitos.
- 94 Na mensuração de estoque, o valor realizável líquido refere-se à quantia pela qual um ativo pode ser trocado entre compradores e vendedores dispostos a isso, conhecedores do negócio e independentes entre si.
- 95 Na demonstração dos fluxos de caixa, os movimentos entre itens que constituem equivalentes de caixa são excluídos porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade, e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Com relação aos princípios de contabilidade e ao grau de alavancagem operacional, julgue o próximo item.

- 96 Quanto maior for o grau de alavancagem operacional, mais elevada será a participação dos custos variáveis no custo total da empresa e, conseqüentemente, maior será a sensibilidade do lucro às alterações nos níveis de receitas.

A respeito das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 97 Classifica-se como unificada a unidade contábil que representa a soma ou a agregação do patrimônio de duas ou mais unidades contábeis originárias.
- 98 O apoio à tomada de decisões em processos de compras ou de aluguel de produção, ou de terceirização, a redução de custos e a melhoria dos gastos são objetivos do Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

Com relação às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens que se seguem, de acordo com o Manual de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional.

- 99 O balanço financeiro é elaborado exclusivamente com a utilização das contas contábeis pertencentes às classes das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e da execução da receita e despesa.
- 100 Os demonstrativos da execução de restos a pagar processados e não processados devem ser anexados ao balanço orçamentário.

Acerca do orçamento público e de restos a pagar, julgue os itens seguintes.

- 101 O prazo de validade de uma despesa que não seja liquidada no exercício em que ocorra o empenho encerra-se em 31 de dezembro do ano subsequente ao da sua inscrição em restos a pagar.
- 102 A mensagem presidencial por meio da qual seja encaminhado o projeto de lei orçamentária anual ao Congresso Nacional deve evidenciar a metodologia de cálculo de todos os itens computados na avaliação das necessidades de financiamento do governo federal.

Com relação à contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), ao imposto de renda retido na fonte (IRRF) e às participações governamentais, julgue os itens que se seguem.

- 103 A isenção do ICMS concedida pelo estado, em regra, não acarreta a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- 104 O adiantamento de rendimentos, inclusive de décimo terceiro salário, não está sujeito ao IRRF, se os rendimentos a que se refere o adiantamento forem integralmente pagos em outro mês.
- 105 O valor do crédito a ser descontado do valor devido a título de COFINS, com a incidência não cumulativa, constitui receita bruta da pessoa jurídica.
- 106 Os bônus de assinatura decorrentes de contrato de concessão das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural correspondem ao montante ofertado pelo licitante vencedor na proposta para obtenção da concessão, devendo ser pagos no ato da assinatura do respectivo contrato.

Acerca da contribuição para o programa de integração social e de formação do patrimônio do servidor público (PIS/PASEP) e do imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ), julgue os próximos itens.

- 107** Para fins de IRPJ, a empresa instalada em zona de processamento de exportação não deve computar, como custo ou encargo, a depreciação de bens adquiridos no mercado externo.
- 108** Devido à falta de amparo legal, os gastos com desembaraço aduaneiro na importação de mercadorias não geram direito a desconto de créditos da contribuição para o PIS/PASEP.

No que se refere à atuação do Estado nas finanças públicas e ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 109** A abrangência do princípio orçamentário da não vinculação de receitas restringe-se às receitas de impostos.
- 110** A não aprovação do plano plurianual até o final do primeiro exercício do mandato do titular do Poder Executivo impede o recesso do Poder Legislativo.
- 111** A proposta de alteração de procedimento de elaboração, discussão, aprovação e execução do orçamento público no Brasil deve ser apresentada por meio de projeto de lei complementar.

Considerando os recursos técnicos e mecanismos de planejamento e execução do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

- 112** Os governos estaduais estão autorizados a alienar parte de seus títulos de crédito perante outras instituições, no intuito de pagar juros e serviços referentes ao estoque de dívida contratada.
- 113** A liquidação, último estágio da despesa pública, somente ocorre depois de concluídos todos os estágios anteriores.
- 114** Caso pretenda iniciar nova ação de atendimento socioeducativo a determinado grupo de moradores em uma região com risco de enchentes, o Poder Executivo terá de aprovar crédito especial, ainda que os recursos do projeto sejam oriundos do cancelamento de despesas em percentual inferior ao autorizado para créditos suplementares.

Com relação ao controle de constitucionalidade previsto no direito brasileiro e à interpretação das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- 115** Conforme a doutrina, a natureza jurídica da repercussão geral é requisito de admissibilidade do recurso extraordinário.
- 116** De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), é cabível, para se obter a interpretação, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante, o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- 117** Denomina-se mutação constitucional o processo informal de mudança da constituição por meio do qual a ela se atribui novo sentido, sem que se altere seu texto.

Com relação ao Tribunal de Contas da União (TCU) e aos tribunais de contas estaduais, julgue os itens que se seguem.

- 118** Caso tome conhecimento de que o chefe do Poder Executivo estadual, tenha cometido em determinado certame licitatório, graves irregularidades relativas à gestão do dinheiro público, o dono de uma empresa licitante poderá, nos termos da Constituição Federal (CF), denunciar o fato diretamente ao tribunal de contas estadual.
- 119** De acordo com o entendimento do STF, seria constitucional lei ordinária estadual que determinasse que todos os contratos celebrados entre o governo do estado e as empresas particulares dependessem de registro prévio no tribunal de contas estadual.
- 120** De acordo com o STF, o TCU e, dado o princípio da simetria, os tribunais de contas estaduais detêm legitimidade para requisitar, diretamente, informações que impliquem a quebra de sigilo bancário.

Acerca da responsabilidade civil extracontratual, julgue os itens que se seguem.

- 121** O executivo cuja imagem tenha sido utilizada, sem sua autorização, para publicidade pela empresa em que trabalha só terá direito a indenização por uso indevido da imagem se provar eventual prejuízo sofrido.
- 122** Considere que Matias, com intenção de denegrir a imagem de Valdomiro, um conhecido empresário da cidade, tenha escrito e feito veicular, em jornal impresso, notícia que fazia referências atentatórias à honra e à imagem do empresário. Nessa situação hipotética, a responsabilidade civil pelos danos causados com a veiculação da notícia deve recair unicamente sobre Matias, autor do escrito.

A respeito de relações contratuais, julgue o item seguinte.

- 123** Considere que Roberto tenha firmado contrato de mútuo com determinada instituição de crédito e que Cláudio, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, amigo de infância de Roberto, tenha subscrito, sem anuência de sua esposa, Maria, o referido contrato na condição de fiador. Nessa situação, a garantia prestada por Cláudio é ineficaz.

Com relação aos direitos reais, julgue os itens subsequentes.

- 124** Aquele que receba a coisa objeto do usufruto é responsável tanto pelas despesas ordinárias de sua conservação quanto pelos tributos devidos pela posse ou rendimento da coisa usufruída, não sendo, contudo, obrigado a pagar pelas deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto.
- 125** Se o proprietário de determinado imóvel constatar que o prédio vizinho, pelas condições em que se encontra, ameaça ruir, ele terá direito de exigir do dono do prédio a sua demolição ou reparação, além de caução pelo dano iminente.

Julgue os itens que se seguem, com relação a competência.

- 126** Formalizado contrato de locação de imóvel localizado no município X, os contratantes poderão eleger o foro de outro município para processar e julgar eventuais lides referentes ao contrato, a despeito da localização do imóvel.
- 127** A competência territorial deve ser arguida pelo réu, no prazo da defesa, por meio de exceção; se o réu não arguir a incompetência territorial no prazo legal, prorroga-se a competência, não podendo nem mesmo o juízo, nesse caso, declinar da competência *ex officio*.

Mário ajuizou ação de obrigação de fazer em desfavor do Centro Hospitalar Santa Gertrudes, requerendo antecipação dos efeitos da tutela. Ao despachar a petição inicial, o juiz, convencido da verossimilhança das alegações e na tentativa de evitar que o autor tivesse de suportar dano grave, concedeu liminar antecipando os efeitos da tutela.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 128** Caso o réu pretenda reformar a decisão que antecipou os efeitos da tutela, ele deverá interpor o recurso de agravo retido, no prazo de dez dias, contado a partir da intimação da decisão antecipatória concedida, não se admitido, no caso em apreço, agravo de instrumento. Na eventualidade de interposição desse recurso, o relator deverá convertê-lo em agravo retido.
- 129** Se o autor não tiver formulado expressamente o pedido cominatório, pleiteando o pagamento de multa para o caso de o réu não cumprir a decisão antecipatória de tutela, ao juiz é vedado arbitrá-la *ex officio*, visto que, segundo a legislação processual civil vigente, o magistrado deve decidir a lide nos limites de sua propositura.

Transitada em julgado sentença que condenou o réu, em ação de cobrança, ao pagamento da quantia de R\$ 50.000,00, o autor apresentou o memorial de cálculo e requereu o cumprimento da sentença. O juiz determinou a intimação do executado para pagar a dívida exequenda no prazo de quinze dias, sob pena de pagamento de multa no percentual de 10% sobre o valor da condenação.

Com base nessa situação hipotética, julgue o item abaixo.

- 130** Caso o réu não tenha apresentado contestação à ação de cobrança, ele poderá defender-se na fase de cumprimento de sentença, por meio de impugnação, cujo objetivo consiste em anular todos os atos processuais praticados a partir da citação, incluindo-se a instrução processual e a sentença condenatória, devendo ser oferecida no prazo de quinze dias, a contar da intimação que determina o pagamento da quantia exequenda.

Com base no que dispõe o Código Penal (CP) e na interpretação doutrinária da legislação penal, julgue os itens seguintes.

- 131** Considere que Jonas, servidor público, tenha dissimulado a natureza, a origem e a propriedade de bens oriundos de infração penal e que, descoberto, tenha manifestado interesse em exercer a colaboração criminal premiada. Nesse caso, as práticas mencionadas caracterizam crime de lavagem de dinheiro, podendo a colaboração premiada ser exercida a qualquer tempo.
- 132** O arrependimento posterior constitui causa obrigatória de redução de pena, porém não se estende ao coautor ou partícipe que não tenha, voluntariamente, realizado o ressarcimento exigido para a obtenção do benefício legal.
- 133** O rol das causas de extinção da punibilidade previstas no CP não é taxativo, dada a existência, no CP, de diversos outros dispositivos que disciplinam o tema, a exemplo dos que expressamente se referem aos delitos contra as finanças públicas.
- 134** Os dispositivos legais que definem os crimes contra as finanças públicas previstos no CP são leis penais em branco, na sua totalidade, visto que dependem de complementação por norma de direito financeiro.
- 135** O crime nominado, pela doutrina e jurisprudência, peculato eletrônico, que consiste na inserção de informações falsas no banco de dados da administração pública, é considerado delito autônomo em relação ao peculato, e, caso exista apropriação da quantia auferida indevidamente em razão dessa conduta, em uma mesma circunstância fática, configura-se o concurso formal dos crimes de peculato e de inserção de dados falsos em sistema de informação, delineados no Estatuto Repressor.

Acerca de atos e contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 136** A natureza jurídica é a principal diferença entre a concessão de serviço público e a permissão de serviço público, consideradas, respectivamente, contrato administrativo e ato administrativo.
- 137** O silêncio administrativo consiste na ausência de manifestação da administração nos casos em que ela deveria manifestar-se. Se a lei não atribuir efeito jurídico em razão da ausência de pronunciamento, o silêncio administrativo não pode sequer ser considerado ato administrativo.
- 138** A ratificação, forma de convalidação de ato administrativo que contenha vício sanável, possui efeitos *ex tunc*, isto é, seus efeitos retroagem ao momento em que o ato originário foi praticado.

Com base na jurisprudência do STF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue os próximos itens, que versam sobre direito administrativo.

**139** É permitido à administração pública exigir do administrado, para a admissibilidade de recurso administrativo, depósito prévio em dinheiro.

**140** De acordo com o STJ, o servidor público concursado e nomeado para cargo efetivo só poderá ser demitido, ainda que esteja em estágio probatório, após o devido processo administrativo disciplinar.

**141** De acordo com o entendimento do STF, empresa concessionária de serviço público de transporte responde objetivamente pelos danos causados aos usuários de transporte coletivo.

---

Julgue os itens subsequentes, relativos ao sujeito da obrigação tributária, segundo a jurisprudência do STJ.

**142** O contribuinte de fato não detém legitimidade ativa *ad causam* para pleitear a restituição do indébito relativo ao imposto sobre produtos industrializados (IPI).

**143** O substituto legal tributário no recolhimento de contribuições previdenciárias descontadas do trabalhador é o legitimado passivo para a demanda em que se pleiteie a restituição tributária.

---

Com base na jurisprudência do STJ, julgue os itens seguintes, acerca da suspensão e da extinção do crédito tributário.

**144** Caso o processo de medida cautelar seja extinto sem julgamento de mérito, o depósito judicial deve ser convertido em renda.

**145** A mera apresentação do pedido de parcelamento não interrompe a prescrição, tampouco é suficiente para suspender a exigibilidade do crédito tributário, sendo necessária a homologação do pedido formulado pelo contribuinte ao fisco.

---

De acordo com a Lei Complementar n.º 123/2006, julgue o item abaixo.

**146** A sociedade de propósito específico, constituída apenas de optantes do SIMPLES Nacional, deve apurar o imposto de renda das pessoas jurídicas com base no lucro real, mantendo a escrituração do livro-diário e do livro-razão.

Enquanto a soberania esteve exclusivamente nas mãos do rei, a este cabia decretar impostos e dar aplicação ao seu produto, sem fiscalização alguma e sem regras às quais precisasse obedecer. Hoje, a soberania reside na nação e são os seus representantes que fazem o orçamento. O tempo compreendido entre a época da soberania real e a vitória da soberania popular, na Europa, é marcado por movimentos, revoluções, usurpações e resistências, que representam as etapas principais da evolução do direito orçamentário.

Agenor de Roure. Formação do direito orçamentário brasileiro. In: Jornal do Commercio, 1916, p.8 (com adaptações).

Tendo como referência inicial o texto acima, julgue os itens a seguir, a respeito do direito financeiro brasileiro.

**147** Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão de benefício tributário do qual decorra renúncia de receita do IPI deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da correspondente compensação.

**148** É dispensada a compensação para o aumento de despesa, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, se o reajuste do valor do benefício da seguridade social destinar-se a preservar seu valor real.

**149** Compete exclusivamente ao Congresso Nacional dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

**150** É conhecida como regra de ouro a vedação, prevista na CF, à realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares, ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta.

**151** O precatório-requisitório consiste em ordem judicial de pagamento expedida pelo juízo da execução em ofício ao presidente do tribunal para que requisite as quantias a que tenha sido condenada a fazenda pública em processo com trânsito em julgado, apresentado até 1.º de julho, para que a despesa conste da lei orçamentária do exercício subsequente.

Com relação ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Espírito Santo (RPPS-ES), julgue os itens que se seguem.

**152** A parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança por servidor efetivo segurado do RPPS-ES integra a base de contribuição, o subsídio ou o vencimento do cargo efetivo, valores utilizados como base de cálculo para efeito da incidência de contribuição previdenciária.

**153** O direito do segurado ou do beneficiário do RPPS-ES à revisão do ato de concessão de benefício ou da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo decai em cinco anos, prazo prorrogável por igual período.

---

Com relação às contribuições sociais destinadas à seguridade social e aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), julgue os itens a seguir.

**154** Cabe ao empregador doméstico recolher, junto com a parcela por ele devida, a parcela da contribuição previdenciária devida por segurado que seja seu empregado doméstico.

**155** A contribuição social das associações desportivas que não possuem equipe profissional de futebol, equiparadas a empresas no que se refere à contribuição para a seguridade social, incide sobre o montante de sua folha de salário.

**156** O indivíduo que, após dezessete anos ininterruptos de contribuição para o RGPS, deixar de recolher a contribuição, fará jus ao recebimento de aposentadoria por idade, desde que cumpra com o requisito de idade mínima.

Com base nas Normas de Auditoria Governamental, julgue os próximos itens.

**157** Classifica-se como relatório de revisão limitada o relatório de auditoria em que o auditor governamental não expressa opinião a respeito dos trabalhos efetuados.

**158** A abstenção de opinião exclui a responsabilidade do auditor governamental de mencionar, em seu relatório, fato que possa influenciar a decisão do usuário de objeto da auditoria.

**159** Classifica-se como auditoria de cumprimento legal o exame de observância das disposições legais e regulamentares aplicáveis a determinada situação.

**160** Entre os procedimentos que devem ser adotados pelo auditor governamental para monitorar o curso das recomendações inclui a verificação dos efeitos das ações voltadas à correção das deficiências identificadas em uma auditoria.

---

De acordo com as Diretrizes para as Normas de Controle Interno do Setor Público da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores, julgue o item abaixo.

**161** Os sistemas de informação empregam procedimentos de controle específicos, tais como os procedimentos dos controles de aplicativos, que se relacionam diretamente às aplicações informatizadas individuais.

---

Com base nas normas de controle interno do Poder Executivo federal, julgue o item seguinte.

**162** Classifica-se como indireta e simplificada a auditoria executada em órgãos públicos pelas denominadas empresas de auditoria externa, contratadas quando o deslocamento de servidores em exercício no órgão central é considerado inviável.

Em vários aspectos, os métodos e técnicas de administração de órgãos públicos se aproximam dos utilizados na administração de entidades privadas. Com relação a esse assunto, julgue os itens subsequentes.

- 163** Os planos operacionais, que podem ser classificados em procedimentos, orçamentos, programas e regulamentos, devem focar aspectos de curto prazo, voltados para a eficiência, e não para a eficácia.
- 164** A realização de concurso público para o preenchimento de vagas previamente existentes no quadro de pessoal de órgão público. Caracteriza a adoção do modelo seleção para recrutamento de pessoal.
- 165** Entre as reformas administrativas implementadas no Brasil, a reforma gerencial, ocorrida em 1995, foi a única, nos últimos cem anos, a estabelecer penalidades e a tipificar como crime o descumprimento dos dispositivos legais válidos.

Julgue os itens seguintes, relativos a aspectos da administração e da gestão pública.

- 166** É inadmissível a capitalização de juros referentes a recursos movimentados a débito ou a crédito por meio da conta única do Tesouro Nacional com periodicidade inferior a um ano.
- 167** Considere que o governo pretenda criar nova fundação pública para cuidar da realocação de pessoas desabrigadas por desastres naturais. Nesse caso, a criação da fundação, que deverá ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, deverá ser autorizada por lei específica.
- 168** O orçamento de base zero não pode ser implantado em instituições que adotem o modelo de orçamento-programa.

A respeito de especificação de serviços, julgue os itens subsequentes.

- 169** Em concretagem de peças estruturais com concreto armado, a limpeza das barras de aço deve ser feita apenas com óleo anticorrosivo, para evitar substâncias que favoreçam a aderência e garantir a retirada de camadas eventualmente agredidas por oxidação.
- 170** A temperatura da massa não exerce influência sobre a compactação dos pavimentos asfálticos, mas influencia o transporte e lançamento da mistura asfáltica.

A respeito de fiscalização e orçamentação de obras, julgue os itens subsequentes.

- 171** O DNIT cobra taxa de utilização viária, uma das parcelas do custo de mobilização de equipamentos de grande porte, sempre que o peso bruto total do conjunto carga/cavalo/carreta ultrapassa e 45 toneladas.
- 172** De acordo com o Sistema de Custos Rodoviários do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), os custos relativos a uniformes, equipamentos de segurança, alimentação e transporte de pessoal integram os adicionais sobre mão de obra.
- 173** Para que a parcela de reajustamento em uma obra seja paga, é necessário que, no contrato firmado entre o contratante e o contratado, haja cláusula de reajuste, com a periodicidade e o critério de atualização monetária.
- 174** A orçamentação pelo método de correlação está embasada no levantamento das quantidades dos insumos necessários à execução da obra.

Com relação às normas NBR ISO/IEC n.º 27001/2006 e NBR ISO/IEC n.º 27002/2005, julgue os itens que se seguem.

- 175** Os ambientes de desenvolvimento, de teste e de produção devem ser fisicamente separados, de forma a diminuir os riscos de impacto das alterações indevidas sobre a produção.
- 176** O plano de tratamento de riscos está contido na documentação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação.
- 177** Assegurar que funcionários, fornecedores e terceiros compreendam suas responsabilidades integra a norma de segurança de recursos humanos durante o encerramento da contratação.

Com relação ao que dispõem a Lei n.º 8.666/1993 e a Lei n.º 10.520/2002, julgue os itens a seguir.

- 178** É vedada a exigência de garantia de proposta relativa ao pregão.
- 179** Tratando-se de contratação destinada ao aperfeiçoamento de tecnologia da informação e comunicação, considerados estratégicos pelo Poder Executivo federal, é inadmissível que se restrinja a licitação a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no país.

Com relação ao monitoramento da execução de contratos, julgue o item seguinte.

- 180** Demandas de correção devem ser encaminhadas à área administrativa.

**PROVA DISCURSIVA P<sub>4</sub> – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) folha(s) de texto(s) definitivo(s) correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas a palavra **SIGNATÁRIO**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente a identificação do candidato em local indevido.
- Na peça processual, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **30 pontos**, dos quais até **1,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).
- Na questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

**PEÇA PROCESSUAL**

Adamastor Silva ajuizou ação ordinária contra o TCE/ES, pretendendo a anulação de decisão que lhe impôs multa no valor de R\$ 2.550,00, além da restituição do valor R\$ 25.720,00 ao erário.

Consta, na peça vestibular, que a decisão do TCE/ES deu-se em razão de o autor ter autorizado, em maio de 2010, no exercício da função de secretário de Assistência Social do município de Vila Velha – ES, repasse de verba no valor de R\$ 75.000,00 à Associação dos Amigos Protetores dos Idosos para a construção de área de lazer no Asilo São José e a ampliação do refeitório dessa instituição, cuja sede está localizada no citado município.

Alega o autor, na ação, que a referida verba estava prevista na lei orçamentária do município antes mesmo de ele ter assumido a função de secretário e que o seu ato se limitou à assinatura da nota de empenho e à autorização da liberação da verba. Por fim, argumenta que, na condição de secretário, não seria seu dever acompanhar a execução da obra, tampouco fiscalizá-la.

Finalmente, o autor alega ser patente a nulidade do ato do TCE/ES, dada a ausência de legitimidade do referido tribunal para fiscalizar os atos praticados pelos secretários municipais, bem como para aplicar multas. Argumenta, ainda, o autor que o tribunal não possui legitimidade para impor aos secretários municipais a obrigação de restituir quantia ao erário.

Foi apurado pelo TCE/ES que, embora tivesse sido liberado todo o valor destinado à reforma do asilo, apenas 45% da obra foram concluídos. Apurou-se, ainda, que parte da verba fora desviada pelas empreiteiras, inclusive com repasse a Adamastor.

Do processo administrativo conclui-se que não houve celebração do adequado instrumento legal para regularizar o repasse de verbas, além de não terem sido observadas as especificações técnicas constantes do projeto básico e do memorial descritivo. Depreende-se do processo que, também, não houve designação de executor técnico nem encaminhamento da prestação de contas ao órgão do controle interno. Em conclusão, o TCE/ES entende que todos esses fatos dificultaram o controle dos gastos realizados com os recursos públicos.

A referida ação foi distribuída ao juízo da Segunda Vara de Fazenda Pública de Vitória – ES (Processo n.º 2012000000001), tendo o juiz do feito determinado a citação do réu e estipulado prazo para a sua manifestação.

---

Com base nessa situação hipotética, redija a peça processual pertinente, apresentando todos os fundamentos de ordem processual e material capazes de garantir a eficácia do ato impugnado pelo autor. Dispense o relatório e não crie fatos novos.

---

**RASCUNHO – PEÇA PROCESSUAL – 1/4**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**RASCUNHO – PEÇA PROCESSUAL – 2/4**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

**RASCUNHO – PEÇA PROCESSUAL – 3/4**

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

**RASCUNHO – PEÇA PROCESSUAL – 4/4**

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

**QUESTÃO**

De acordo com as Normas de Auditoria Governamental (NAGs), o tribunal de contas deve, periodicamente, aprovar, com base em proposta de grupo de trabalho próprio, programa de garantia de qualidade a ser aplicado às auditorias concluídas, isto é, trabalhos cujos relatórios tenham sido julgados ou apreciados pelo tribunal de contas, a fim de garantir o aprimoramento das novas auditorias em conformidade com a legislação, bem como com as políticas e normas do tribunal.

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, descreva as fases do programa de controle de qualidade dos trabalhos de auditoria governamental.

**RASCUNHO – QUESTÃO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	



**cespeUnB**

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos